

ERIC HOBSBAWM

SOBRE HISTÓRIA

Ensaios

Tradução

Cid Knipel Moreira



Copyright © 1997 by Eric Hobsbawm

*Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990,
que entrou em vigor no Brasil em 2009.*

Título original

On History

Capa

Jeff Fisher

Preparação

Cristina Penz

Revisão

Juliane Kaori

Renato Potenza Rodrigues

Índice remissivo

Gabriela Morandini

Atualização ortográfica

Verba Editorial

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Hobsbawm, Eric J., 1917-2012

Sobre história / Eric Hobsbawm ; tradução Cid Knipel Moreira.
— São Paulo : Companhia das Letras, 2013.

Título original: On History.

ISBN 978-85-359-2218-9

1. História — Filosofia 2. Historiografia 1. Título.

12-15538

CDD-901.07

Índice para catálogo sistemático:

1. História : Filosofia e teoria : Estudo e ensino 901.07

2013

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORIA SCHWARCZ S.A.

Rua Bandeira Paulista, 702, cj. 32

04532-002 — São Paulo — SP

Telefone: (11) 3707-3500

Fax: (11) 3707-3501

www.companhiadasletras.com.br

www.blogdacompahia.com.br

SUMÁRIO

Prefácio	7
1. Dentro e fora da História	13
2. O sentido do passado	25
3. O que a história tem a dizer-nos sobre a sociedade contemporânea?	44
4. A história e a previsão do futuro	61
5. A história progrediu?	86
6. Da história social à história da sociedade	106
7. Historiadores e economistas: I	136
8. Historiadores e economistas: II	157
9. Engajamento	178
10. O que os historiadores devem a Karl Marx?	200
11. Marx e a história	221
12. Todo povo tem história	240
13. A história britânica e os <i>Annales</i> : Um comentário	250
14. A volta da narrativa	260
15. Pós-modernismo na floresta	268
16. A história de baixo para cima	280
17. A curiosa história da Europa	301
18. O presente como história	315
19. Podemos escrever a história da Revolução Russa?	332
20. Barbárie: Manual do usuário	347
21. Não basta a história de identidade	364
22. Introdução ao Manifesto Comunista	380
Notas	401
Índice remissivo	417
Sobre o autor	435

1. DENTRO E FORA DA HISTÓRIA

Este ensaio foi apresentado como conferência inaugural do ano acadêmico de 1993-4 na Universidade da Europa Central em Budapeste, ou seja, destinava-se a um grupo de estudantes basicamente oriundos de ex-países comunistas da Europa e da antiga URSS. Foi publicado posteriormente como “A nova ameaça para a História” na New York Review of Books, 16 de dezembro de 1994, pp. 62-5, e, em tradução, em vários outros países.

É uma honra ter sido chamado para inaugurar este ano acadêmico da Universidade da Europa Central. Fazer isso proporciona também uma sensação curiosa, já que, apesar de ser um cidadão britânico de segunda geração, também sou centro-europeu. De fato, como judeu, sou um dos membros típicos da diáspora centro-europeia. Meu avô chegou a Londres vindo de Varsóvia. Minha mãe era vienense, tal como minha esposa, embora ela hoje fale melhor o italiano que o alemão. A mãe de minha esposa ainda falava húngaro quando pequena, e os pais dela, em uma fase de suas vidas na velha monarquia, tinham uma loja na Herzegovina. Minha esposa e eu fomos uma vez até Mostar para localizar a loja, nos tempos em que ainda havia paz naquela região infeliz dos Balcãs. Eu mesmo mantive alguns contatos com historiadores húngaros dos tempos passados. Dessa forma, venho aqui como alguém de fora que também é, de um modo oblíquo, alguém de dentro. O que posso dizer a vocês?

Desejo dizer três coisas.

A primeira diz respeito à Europa central e oriental. Se vocês são de lá, e suponho que quase todos o sejam, são cidadãos de países cuja situação é duplamente incerta. Não estou afirmando que a incerteza seja monopólio da Europa central e

oriental. É provável que hoje ela seja mais universal do que nunca. No entanto, seu horizonte está particularmente nublado. Durante toda a minha vida, cada país na área da Europa a que vocês pertencem foi assolado pela guerra, foi conquistado, ocupado, libertado e reocupado. Cada Estado dessa área possui uma forma diferente da que possuía quando nasci. Apenas seis dos 23 Estados que agora preenchem o mapa entre Trieste e os Urais existiam no momento em que nasci, ou teriam existido se não tivessem sido ocupados por algum exército: Rússia, Romênia, Bulgária, Albânia, Grécia e Turquia, pois nem a Áustria pós-1918, nem a Hungria pós-1918, são realmente comparáveis à Hungria e à Cisleitânia dos Habsburgo. Vários deles passaram a existir depois da Primeira Guerra Mundial, e ainda outros depois de 1989. Entre esses, alguns nunca tiveram em sua história a condição de Estado independente na acepção moderna, ou a tiveram por um breve período — durante um ano ou dois, uma ou duas décadas — e depois a perderam, ainda que mais tarde a tenham recuperado: os três pequenos Estados do Báltico, a Bielo-Rússia, Ucrânia, Eslováquia, Moldávia, Eslovênia, Croácia, Macedônia, para não ir mais para o leste. Alguns nasceram e morreram no período de minha existência, como a Iugoslávia e a Tchecoslováquia. É perfeitamente comum para o morador mais velho de uma cidade da Europa central ter tido, sucessivamente, documentos de identidade de três Estados. Uma pessoa com a minha idade, de Lemberg ou Chernovtsy, viveu sob quatro Estados, sem contar as ocupações dos períodos de guerra; uma pessoa de Munkacs pode até ter vivido sob cinco, se contarmos a autonomia momentânea da Rutênia subcarpácia em 1938. Em tempos mais civilizados, como em 1919, por exemplo, essa pessoa poderia ter tido a opção de escolher uma nova cidadania, mas, a partir da Segunda Guerra Mundial, é mais provável que tenha sido obrigada a sair ou a se integrar ao novo Estado. A que país pertence um europeu central e oriental? Quem é ele ou ela? A pergunta, para um grande número deles, era e ainda é uma pergunta real. Em alguns países é uma questão de vida ou morte, afetan-

do quase tudo e por vezes determinando seu estatuto legal e expectativas de vida.

Porém, há outra incerteza mais coletiva. O grosso da Europa central e oriental encontra-se naquela parte do mundo para a qual os diplomatas e peritos das Nações Unidas, a partir de 1945, tentaram divisar eufemismos gentis: “subdesenvolvida” ou “em desenvolvimento”, ou seja, relativa ou absolutamente pobre e atrasada. Em certos aspectos não há nenhuma divisão clara entre as duas Europas, mas, antes, um declive para leste e para oeste daquilo que poderíamos chamar pico ou crista do dinamismo econômico e cultural europeu, que corria do Norte da Itália, atravessando os Alpes até o Norte da França e Países Baixos, e se prolongava até o outro lado do canal da Mancha, na Inglaterra. Pode-se acompanhá-la nas rotas de comércio medievais e no mapa de distribuição da arquitetura gótica, bem como nas cifras para o PNB regional da Comunidade Europeia. De fato, essa região ainda hoje é a espinha dorsal da Comunidade Europeia. Porém, se existe uma linha histórica de separação entre a Europa “avançada” e a Europa “atrasada”, ela passava aproximadamente pelo meio do Império Habsburgo. Sei que as pessoas são sensíveis a essas questões. Liubliana se considera bem mais próxima do centro civilizado que, digamos, Skopje; Budapeste, mais próxima que Belgrado, e o atual governo de Praga nem mesmo quer ser chamado de “centro-europeu” por recear ser contaminado pelo contato com o Leste. Insiste pertencer exclusivamente ao Ocidente. Porém, o que importa é que nenhum país ou região na Europa central e oriental se considerava situado naquele centro. Todos buscavam em outra parte um modelo de como realmente ser avançado e moderno, até mesmo, desconfio, a classe média educada de Viena, Budapeste e Praga. Olhavam para Paris e Londres, da mesma maneira que os intelectuais de Belgrado e Ruse olhavam para Viena — embora, pelos padrões mais aceitáveis, a atual República Tcheca e áreas da atual Áustria participassem do setor industrial avançado da Europa e, em termos culturais, Viena, Budapeste e Praga não tivessem motivo nenhum para se sentirem inferiores a nenhuma outra cidade.

A história dos países atrasados nos séculos XIX e XX é a história da tentativa de alcançar o mundo mais avançado por meio de sua imitação. Os japoneses do século XIX tomavam a Europa como modelo; os europeus ocidentais, depois da Segunda Guerra Mundial, imitavam a economia norte-americana. A experiência da Europa central e oriental no século XX é, genericamente falando, a de tentar atualizar-se mediante a sucessiva adoção e fracasso de vários modelos. Depois de 1918, quando a maioria dos países sucessores constituía-se de países novos, o modelo foi o da democracia e do liberalismo econômico do Ocidente. O presidente Wilson — a estação principal de Praga está batizada novamente com o seu nome? — era o santo padroeiro da região, menos para os bolcheviques, que seguiam seu próprio caminho. (Na verdade, também eles tinham modelos estrangeiros: Rathenau e Henry Ford.) Isso não funcionou. Nos anos 1920 e 1930, o modelo entrou em colapso, em termos políticos e econômicos. A Grande Depressão acabou destruindo a democracia multinacional até mesmo na Tchecoslováquia. Diversos desses países, então, por um breve período, experimentaram ou flirtaram com o modelo fascista, que parecia o exemplo de sucesso econômico e político dos anos 1930. (Temos a tendência de esquecer que a Alemanha nazista alcançou um sucesso notável na superação da Grande Depressão.) A integração a um grande sistema econômico alemão também não deu certo. A Alemanha foi derrotada.

Depois de 1945, a maioria desses países adotou, ou se viu forçada a adotar, o modelo bolchevique, um modelo essencialmente voltado a modernizar economias agrárias atrasadas mediante a revolução industrial planejada. Consequentemente, nunca foi pertinente ao que é hoje a República Tcheca e ao que era até 1989 a República Democrática Alemã, mas era pertinente à maioria da região, inclusive a URSS. Não preciso falar a vocês das deficiências econômicas e falhas do sistema que acabaram levando ao seu colapso; muito menos sobre os sistemas políticos intoleráveis, cada vez mais intoleráveis, que o modelo impunha à Europa central e oriental. Tampouco preciso lem-

brar a vocês o incrível sofrimento que impunha aos povos da antiga URSS, particularmente na era férrea de Stálin. Entretanto, embora muitos não irão gostar de ouvir isso, devo dizer que até certo ponto funcionou melhor que qualquer outro desde o esfacelamento das monarquias em 1918. Para os cidadãos comuns dos países mais atrasados da região — a Eslováquia, por exemplo, e grande parte da península balcânica —, provavelmente foi o melhor período de sua história. Fracassou porque, em termos econômicos, o sistema se tornava cada vez mais rígido e inequívoco, e principalmente porque, na prática, mostrava-se incapaz de gerar ou dar aproveitamento econômico à inovação, sem falar na repressão da originalidade intelectual. Além disso, tornava-se impossível ocultar das populações locais o fato de que outros países tinham obtido mais progresso material que os países socialistas. Se preferirem dizer isso de outro modo, o modelo desabou porque os cidadãos comuns eram indiferentes ou hostis, e porque os próprios regimes tinham perdido a fé no que estavam pretendendo fazer. Entretanto, seja como for que considerem, fracassou da maneira mais espetacular no período 1989-91.

E agora? Existe um outro modelo que todo mundo se apressa a adotar: na política, a democracia parlamentar e, na economia, os extremos do capitalismo de livre mercado. Na sua forma atual não é realmente um modelo, mas principalmente uma reação contra o que veio antes. Pode ser ajustado para que se torne algo mais exequível — se lhe for permitido que se ajuste. Porém, mesmo que assim seja, à luz da história após 1918 não há muita probabilidade de que essa região, guardadas possíveis exceções marginais, consiga ingressar no clube dos países “realmente” avançados e modernos. Os resultados da imitação do presidente Reagan e da sra. Thatcher se mostraram decepcionantes até mesmo em países que não se consumiram em guerra civil, caos e anarquia. Devo acrescentar que os resultados da adoção do modelo Reagan-Thatcher nos países em que o mesmo se originou tampouco teve um sucesso brilhante, se me permitem um comentário britânico de passagem.

Dessa forma, no geral, as populações da Europa central e oriental continuarão a viver em países decepcionados com o passado, provavelmente decepcionados em grande parte com o presente, e incertos quanto ao futuro. É uma situação muito perigosa. As pessoas procurarão alguém a quem atribuir a culpa por seus fracassos e inseguranças. Os movimentos e ideologias que mais tendem a se beneficiar desse clima não são, pelo menos nesta geração, aqueles que desejam um retorno a alguma versão dos tempos anteriores a 1989. É mais provável que sejam movimentos inspirados pelo nacionalismo xenófobo e pela intolerância. É sempre mais fácil culpar os de fora.

Isso me remete à segunda questão principal que tem relação muito mais direta com o trabalho de uma universidade, ou pelo menos com aquela parte do trabalho que me concerne como historiador e professor universitário. Ora, a história é a matéria-prima para as ideologias nacionalistas ou étnicas ou fundamentalistas, tal como as papoulas são a matéria-prima para o vício da heroína. O passado é um elemento essencial, talvez o elemento essencial nessas ideologias. Se não há nenhum passado satisfatório, sempre é possível inventá-lo. De fato, na natureza das coisas não costuma haver nenhum passado completamente satisfatório, porque o fenômeno que essas ideologias pretendem justificar não é antigo ou eterno mas historicamente novo. Isso é válido tanto para o fundamentalismo religioso em suas versões atuais — a versão do aiatolá Khomeini de um Estado islâmico não é anterior ao início dos anos 1970 — quanto para o nacionalismo contemporâneo. O passado legitima. O passado fornece um pano de fundo mais glorioso a um presente que não tem muito o que comemorar. Eu me lembro de ter visto em algum lugar um estudo sobre a civilização antiga das cidades do vale do Indus com o título *Cinco mil anos de Paquistão*. O Paquistão nem mesmo era cogitado antes de 1932-3, quando o nome foi inventado por alguns militantes estudantis. Apenas se tornou uma demanda política séria a partir de 1940. Como Estado apenas existiu a partir de 1947. Não há nenhuma evidência de haver mais conexão entre a civi-

lização de Mohenjo Daro e os atuais governantes de Islamabad que entre a Guerra de Troia e o governo de Ancara, que no momento reivindica o retorno, ainda que apenas para a primeira exibição pública, do tesouro de Schliemann do rei Príamo de Troia. Mas, de certo modo, 5 mil anos de Paquistão soam melhor do que 46 anos de Paquistão.

Nessa situação os historiadores se veem no inesperado papel de atores políticos. Eu costumava pensar que a profissão de historiador, ao contrário, digamos, da de físico nuclear, não pudesse, pelo menos, produzir danos. Agora sei que pode. Nossos estudos podem se converter em fábricas de bombas, como os seminários nos quais o IRA aprendeu a transformar fertilizante químico em explosivos. Essa situação nos afeta de dois modos. Temos uma responsabilidade pelos fatos históricos em geral e pela crítica do abuso político-ideológico da história em particular.

Pouco preciso dizer sobre a primeira dessas responsabilidades. Não teria nada a dizer, não fosse por duas circunstâncias. Uma delas é a moda atual de os romancistas basearem seus enredos na realidade constatada em lugar de inventá-los, confundindo com isso a fronteira entre fato histórico e ficção. A outra é a ascensão das modas intelectuais “pós-modernas” nas universidades ocidentais, particularmente nos departamentos de literatura e antropologia, as quais implicam que todos os “fatos” com existência pretensamente objetiva não passam de construções intelectuais — em resumo, que não existe nenhuma diferença clara entre fato e ficção. Mas existe, e para nós, historiadores, inclusive para os antipositivistas mais intransigentes, a capacidade de distinguir entre ambos é absolutamente fundamental. Não podemos inventar nossos fatos. Ou Elvis Presley está morto ou não. A questão pode ser resolvida inequivocamente com base em evidências, na medida em que se disponha de evidências confiáveis, o que, às vezes, é o caso. Ou o governo turco atual, que nega a tentativa de genocídio dos armênios em 1915, está correto ou não. A maioria de nós não consideraria como discurso histórico sério uma negação desse massacre, em-

bora não haja nenhuma maneira igualmente inequívoca de es-colher entre modos diferentes de interpretar o fenômeno ou de enquadrá-lo no contexto mais amplo da história. Recentemen-te, fanáticos hindus destruíram uma mesquita em Aodhya, a pretexto de que a mesquita havia sido imposta aos hindus por Babur, o conquistador muçulmano mongol, em um local parti-cularmente sagrado por ser onde se deu o nascimento do deus Rama. Meus colegas e amigos nas universidades indianas publi-caram um estudo demonstrando que (a) ninguém até o século XIX tinha sugerido que Aodhya fosse o local de nascimento de Rama e que (b) era quase certo que a mesquita não fora cons-truída no tempo de Babur. Gostaria de poder dizer que isso teve muitas consequências para o crescimento do partido hindu que provocou o incidente, mas pelo menos cumpriram seu de-ver como historiadores, em benefício daqueles que podem ler e estão expostos à propaganda de intolerância, hoje e no futuro. Vamos cumprir o nosso.

Poucas ideologias de intolerância estão baseadas em sim-ples mentiras ou ficções para as quais não há nenhuma evidên-cia. Afinal de contas, houve uma batalha de Kosovo em 1389, os guerreiros sérvios e seus aliados foram derrotados pelos turcos, e isso deixou cicatrizes fundas na memória popular dos sérvios, embora não se depreenda que isso justifique a opressão dos albaneses, que hoje representam 90% da população da re-gião, ou a reivindicação dos sérvios de que a terra seja essen-cialmente sua. A Dinamarca não reivindica a enorme área da Inglaterra oriental, povoada e governada por dinamarqueses antes do século XI, que continuou a ser conhecida como Dane-law e cujas aldeias ainda possuem nomes filologicamente dina-marqueses.

O abuso ideológico mais comum da história baseia-se antes em anacronismo que em mentiras. O nacionalismo grego recu-sa à Macedônia até mesmo o direito ao seu nome a pretexto de que toda a Macedônia é essencialmente grega e parte de um Estado-nação grego, presumivelmente desde que o pai de Ale-xandre, o Grande, rei da Macedônia, se tornou o monarca das

terras gregas na península balcânica. Como tudo sobre a Macedônia, isso está longe de ser um assunto meramente acadêmico, mas é preciso um bocado de coragem para um intelectual grego dizer que, em termos históricos, isso é tolice. Não havia nenhum Estado-nação grego ou nenhuma outra entidade política isolada para os gregos no século IV a.C., o Império Macedônico em nada se parecia a um Estado grego ou outro Estado-nação moderno, e em todo caso é altamente provável que os gregos antigos considerassem os monarcas macedônicos como bárbaros e não como gregos, ainda que sem dúvida fossem muito educados ou cautelosos para dizer isso. Além disso, historicamente, a Macedônia é uma mistura tão inextricável de etnias — não foi à toa que deu seu nome a saladas de frutas francesas (*macédoine*) — que nenhuma tentativa de identificá-la com uma única nacionalidade seria correta. Por sua vez, os extremos do nacionalismo macedônico emigrante também deveriam ser desqualificados pelo mesmo motivo, bem como todas as publicações na Croácia, que de algum modo tentam transformar Zvonomir, o Grande, em ancestral do presidente Tudjman. Mas é difícil se contrapor aos inventores de uma história nacional de livros didáticos, embora existam historiadores na Universidade de Zagreb, os quais me orgulho de ter como amigos, que têm coragem bastante para fazer isso.

Essas e muitas outras tentativas de substituir a história pelo mito e a invenção não são apenas piadas intelectuais de mau gosto. Afinal de contas, podem determinar o que entra nos livros escolares, como sabiam as autoridades japonesas quando insistiram em uma versão asséptica da guerra japonesa na China para uso em salas de aula do Japão. Mito e invenção são essenciais à política de identidade pela qual grupos de pessoas, ao se definirem hoje por etnia, religião ou fronteiras nacionais passadas ou presentes, tentam encontrar alguma certeza em um mundo incerto e instável, dizendo: “Somos diferentes e melhores do que os Outros”. São elas que nos preocupam nas universidades porque as pessoas que formulam aqueles mitos e invenções são cultas: professores primários laicos ou clericais,

professores de colégio ou universidade (não muitos, espero), jornalistas, produtores de rádio e televisão. Hoje, a maioria delas terá ido para alguma universidade. Não se enganem a respeito. História não é memória ancestral ou tradição coletiva. É o que as pessoas aprenderam de padres, professores, autores de livros de história e compiladores de artigos para revistas e programas de televisão. É muito importante que os historiadores se lembrem de sua responsabilidade, que é, acima de tudo, a de se isentar das paixões de identidade política — mesmo se também as sentirmos. Afinal de contas, também somos seres humanos.

A importância da questão é demonstrada em um recente artigo do escritor israelense Amos Elon sobre o modo como o genocídio dos judeus por Hitler foi convertido em um mito legitimador da existência do Estado de Israel. Mais que isso: nos anos de governo da direita, foi transformado em uma espécie de afirmação ritual nacional da identidade e superioridade do Estado israelense e um elemento central do sistema oficial de crenças nacionais, ao lado de Deus. Elon descreve a evolução dessa transformação do conceito de “Holocausto” e, concordando com o recém-empossado ministro da Educação do novo governo trabalhista israelense, afirma que a história precisa agora ser separada do mito, do ritual e da política. Como não israelense, ainda que judeu, não manifesto nenhuma opinião a respeito. Porém, é como historiador que constato, pesaroso, uma observação de Elon. A de que as contribuições principais para a historiografia erudita do genocídio, seja de judeus ou não judeus, ou não foram traduzidas para o hebraico, como a grande obra de Hilberg, ou apenas foram traduzidas com considerável atraso, e nesse caso às vezes com renúncia aos direitos autorais. A autêntica historiografia do genocídio não o converteu em nada menor que uma indizível tragédia. Simplesmente estava em desacordo com o mito da legitimização.

Todavia, é nesse mesmo caso que encontramos base para a esperança, pois estamos diante da história mitológica ou nacionalista criticada de dentro. Noto que a história da fundação de

Israel deixou de ser escrita em Israel essencialmente como propaganda nacional ou polêmica sionista aproximadamente quarenta anos depois de o Estado começar a existir. O mesmo notei na história irlandesa. Aproximadamente meio século depois de a maioria da Irlanda conquistar sua independência, os historiadores irlandeses já não escreviam mais a história de sua ilha em termos da mitologia do movimento de libertação nacional. A história irlandesa, tanto da República quanto da Irlanda do Norte, está atravessando um período de grande exuberância porque igualmente obteve êxito em sua libertação. Trata-se de uma questão que ainda possui implicações e riscos políticos. A história hoje escrita rompe com a velha tradição que se estende dos fenianos até o IRA, que ainda luta com armas e bombas em nome dos velhos mitos. Mas o surgimento de uma nova geração que pode se distanciar das paixões dos grandes momentos traumáticos e formativos da história de seus países é um sinal de esperança para os historiadores.

Porém, não podemos esperar a passagem das gerações. Temos de resistir à *formação* de mitos nacionais, étnicos e outros, no momento em que estão sendo formados. Isso não nos fará populares. Thomas Masaryk, fundador da República Tcheca, não era popular quando ingressou na política como o homem que provou, com pesar mas sem vacilação, que os manuscritos medievais nos quais se apoiava grande parte do mito nacional tcheco eram falsos. Mas isso tem que ser feito, e espero que os historiadores aqui presentes o façam.

Isso é tudo que eu queria dizer sobre o dever dos historiadores. Porém, antes de terminar, quero lembrar mais uma coisa. Como estudantes desta universidade, vocês são pessoas privilegiadas. As perspectivas são as de que, como bacharéis de um instituto conhecido e prestigiado, irão obter, se assim escolherem, uma ótima condição na sociedade, carreiras melhores e ganhos maiores que os de outras pessoas, embora não tanto quanto os de prósperos homens de negócios. O que eu quero lembrar a vocês é algo que me disseram quando comecei a lecionar em uma universidade. “As pessoas em função das quais você

está lá”, disse meu próprio professor, “não são estudantes brilhantes como você. São estudantes comuns com opiniões maçantes, que obtêm graus medíocres na faixa inferior das notas baixas, e cujas respostas nos exames são quase iguais. Os que obtêm as melhores notas cuidarão de si mesmos, ainda que seja para eles que você gostará de lecionar. Os outros são os únicos que precisam de você.”

Isso não vale apenas para a universidade mas para o mundo. Os governos, o sistema econômico, as escolas, tudo na sociedade não se destina ao benefício das minorias privilegiadas. Nós podemos cuidar de nós mesmos. É para o benefício da grande maioria das pessoas, que não são particularmente inteligentes ou interessantes (a menos que, naturalmente, nos apaixonemos por uma delas), não têm um grau elevado de instrução, não são prósperas ou realmente fadadas ao sucesso, não são nada de muito especial. É para as pessoas que, ao longo da história, fora de seu bairro, apenas têm entrado para a história como indivíduos nos registros de nascimento, casamento e morte. Toda sociedade na qual valha a pena viver é uma sociedade que se destina a elas, e não aos ricos, inteligentes e excepcionais, embora toda sociedade em que valha a pena viver deva garantir espaço e propósito para tais minorias. Mas o mundo não é feito para o nosso benefício pessoal, e tampouco estamos no mundo para nosso benefício pessoal. Um mundo que afirme ser esse seu propósito não é bom e não deve ser duradouro.